

MUNICÍPIO DE POMBAL



## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Pombal



Concelho de Pombal

Novembro de 2012



## Índice

<b>PARTE I .....</b>	<b>13</b>
1. INTRODUÇÃO .....	13
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO .....	14
3. OBJETIVOS GERAIS .....	16
4. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	17
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO .....	17
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	18
7. ATIVAÇÃO DO PLANO .....	25
7.1. <i>Competência para a ativação do plano</i> .....	25
7.2. <i>Critérios para a ativação do plano</i> .....	25
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS.....	26
<b>PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA.....</b>	<b>28</b>
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO .....	28
1.1. <i>Sistema de Gestão de Operações</i> .....	30
2. EXECUÇÃO DO PLANO.....	34
2.1. <i>Fase de Emergência</i> .....	35
2.2. <i>Fase de reabilitação</i> .....	35
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES .....	36
3.1. <i>Missão dos Agentes de Proteção Civil</i> .....	37
3.1.1. <i>Fase de emergência</i> .....	37
3.1.2. <i>Fase de reabilitação</i> .....	39
3.2. <i>Missão dos Organismos e Entidades de Apoio</i> .....	40
3.2.1. <i>Fase de emergência</i> .....	40
3.2.2. <i>Fase de reabilitação</i> .....	41
3.2.3. <i>Missão das Estruturas Autárquicas</i> .....	42
<b>PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>44</b>
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	44
2. LOGÍSTICA.....	46
2.1. <i>Organização da Logística</i> .....	46
2.2. <i>Apoio Logístico às Forças de Intervenção</i> .....	48
2.3. <i>Apoio Logístico às Populações</i> .....	50
3. COMUNICAÇÕES.....	53
3.1. <i>Organização das Comunicações</i> .....	53
3.2. <i>Responsabilidades Específicas</i> .....	54
3.3. <i>Instruções de Coordenação</i> .....	55
3.4. <i>Organograma das Comunicações</i> .....	55
3.5. <i>Organograma de Redes</i> .....	57
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO .....	58
4.1. <i>Gestão de informação entre as entidades actuanes nas operações</i> .....	58
4.2. <i>Informação pública</i> .....	60
4.3. <i>Organização</i> .....	62
4.4. <i>Instruções de Coordenação</i> .....	62
4.5. <i>Atualização</i> .....	63
4.6. <i>Organograma da Gestão da Informação</i> .....	63
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	65
5.1. <i>Responsabilidades Específicas</i> .....	68
5.2. <i>Atualização</i> .....	68
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	69
6.1. <i>Instruções de Coordenação</i> .....	69
6.2. <i>Atualização</i> .....	70
7. SERVIÇOS MÉDICOS E DE TRANSPORTE DE VÍTIMAS .....	70
8. SOCORRO E SALVAMENTO.....	71
8.1. <i>Instruções de Coordenação</i> .....	72



8.2 Primeira Intervenção.....	72
8.3 Níveis Operacionais de Emergência.....	73
8.4 Passagem à condição de ocorrência dominada.....	74
8.5 Termo da fase de intervenção.....	74
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS.....	76
9.1. Responsabilidades Específicas.....	77
9.2. Atualização.....	77
10. PROTOCOLOS.....	78
<b>PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.....</b>	<b>79</b>
SECÇÃO I.....	79
1. ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL MUNICIPAL.....	79
1.1. Estrutura das Operações.....	81
2. MECANISMOS E ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL.....	83
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Proteção Civil..	83
2.2. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta.....	85
2.3 Declaração da Situação de Alerta.....	86
2.4 Sistemas de Monitorização e Aviso.....	87
SECÇÃO II.....	92
1. CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	92
2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	93
2.1. Altitudes, Declives e Exposições.....	93
2.2. Geologia e Litologia.....	98
2.2.1. Tectónica.....	103
2.3. Caracterização hidrológico florestal e dos processos erosivos.....	105
2.3.1 Erosão atual.....	106
2.3.2. Erosão potencial.....	107
2.4. Rede climatológica.....	110
2.4.1. Temperatura, Precipitação, Humidade Relativa e Geada.....	110
2.4.2. Índices e Classificações Climáticas.....	114
2.4.3. Ventos.....	115
2.5. Ocupação atual do solo.....	117
2.5.1. Valores referentes à ocupação do solo ao nível do concelho.....	117
2.5.2. Valores de ocupação do solo ao nível das freguesias - comparação entre freguesias.....	122
2.5.3. Conclusões.....	123
3. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA POPULAÇÃO E DA ATIVIDADE ECONÓMICA.....	126
3.1. População Residente.....	126
3.2. Evolução da População.....	128
3.3. Distribuição por sexo e por idade.....	130
3.4. Atividade da população.....	132
3.4.1. Taxa de emprego e de atividade por concelho e freguesia.....	132
3.4.2. Setores de atividade económica e grupo sócio – económico - Concelho.....	133
3.4.3. Setores de atividade económica – freguesias.....	135
3.5. Nível de Instrução.....	135
3.6. Principais aglomerados populacionais.....	137
3.7. Edifícios públicos (serviços de saúde, escolas, pavilhões cobertos e outros serviços públicos).....	139
3.8. Zonas industriais (tipo de indústrias e riscos associados).....	141
3.9. Edifícios valor histórico, incluindo obras de arte.....	145
4. REDE DE INFRAESTRUTURAS.....	146
4.1. Transportes (rodovias, ferrovias).....	146
4.2. Comunicações.....	149
4.3. Energia (gás, electricidade, outras).....	150
4.4. Água e saneamento.....	151
4.5. Áreas de concentração de combustíveis.....	153
5. IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, ANÁLISE E ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DO RISCO.....	154



5.1 ENQUADRAMENTO .....	155
5.1.1 - CONCEITOS.....	163
5.1.2 - METODOLOGIA.....	165
5.2 RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS NO CONCELHO DE POMBAL.....	167
5.3 RISCOS NATURAIS.....	168
5.3.1 <i>Nevoeiros</i> .....	168
5.3.2 <i>Ondas de calor</i> .....	171
5.3.3 <i>Vagas de frio</i> .....	174
5.3.4 <i>Seca</i> .....	176
5.4 HIDROLOGIA .....	177
5.4.1 <i>Cheias e inundações</i> .....	177
5.4.2 <i>Suscetibilidade a cheias no concelho de Pombal</i> .....	190
5.4.3 <i>Carta de suscetibilidade</i> .....	193
5.4.4 <i>Síntese conclusiva</i> .....	204
5.5 GEODINÂMICA INTERNA.....	205
5.5.1 <i>Sísmos</i> .....	205
5.5.2 <i>Radioatividade natural</i> .....	212
5.6 GEODINÂMICA EXTERNA .....	215
5.6.1 <i>Movimentos de vertentes</i> .....	215
5.6.2 <i>Erosão costeira</i> .....	223
5.6.3 <i>Colapso de cavidades subterrâneas naturais</i> .....	225
5.7 RISCOS TECNOLÓGICOS .....	229
5.7.1 <i>Acidentes Rodoviários</i> .....	229
5.7.2 <i>Acidentes Ferroviários</i> .....	231
5.7.3 <i>Acidentes aéreos</i> .....	232
5.7.4 <i>Acidentes com Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas</i> .....	234
5.7.5 <i>Acidentes com transporte marítimo de produtos perigosos</i> .....	236
5.8 VIAS DE COMUNICAÇÃO E INFRAESTRUTURAS .....	237
5.8.1 <i>Colapso de pontes</i> .....	237
5.8.2 <i>Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos</i> .....	240
5.8.3 <i>Colapso de galerias e cavidades de minas</i> .....	243
5.9 ATIVIDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL.....	244
5.9.1 <i>Acidentes em áreas e parques industriais</i> .....	245
5.9.2 <i>Acidentes que envolvam substâncias perigosas (Diretiva Seveso II)</i> .....	249
5.9.3 <i>Acidentes em instalações combustíveis</i> .....	252
5.9.4 <i>Acidentes em armazenagem de produtos explosivos</i> .....	253
5.9.5 <i>Acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental</i> .....	255
5.9.6 <i>Incêndios e colapsos em centros históricos</i> .....	257
5.9.7 <i>Poluição atmosférica grave com partículas e gases</i> .....	262
5.9.8 <i>Emergência radiológica</i> .....	264
5.10 RISCOS MISTOS .....	267
5.10.1 <i>Incêndios florestais</i> .....	267
5.11 RELACIONADOS COM A ÁGUA .....	282
5.11.1 <i>Degradação e contaminação de aquíferos</i> .....	282
5.11.2 <i>Degradação e contaminação de águas superficiais</i> .....	286
5.12 RELACIONADOS COM O SOLO .....	289
5.12.1 <i>Erosão hídrica dos solos</i> .....	289
5.12.2 <i>Degradação e contaminação dos solos</i> .....	292
5.12.3 <i>Síntese conclusiva</i> .....	294
6. CENÁRIOS .....	297
6.1. <i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i> .....	297
6.2. <i>Cenário Hipotético de Vaga de Frio</i> .....	301
6.3 <i>Cenário Hipotético de Deslizamento</i> .....	305
6.4. <i>Cenário Hipotético de Cheia ou Inundação</i> .....	308
SECÇÃO III .....	312
1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS.....	312
1.1. <i>PSP</i> .....	312
1.2. <i>GNR</i> .....	312



1.3. Sapadores Florestais.....	312
1.4. INEM.....	312
1.5. Bombeiros Voluntários.....	312
1.6. Hospital Distrital Leiria Pombal.....	314
1.7. Capitania do Porto da Figueira da Foz.....	314
1.8. Outros meios e recursos.....	315
2. LISTA DE CONTACTOS.....	315
3. MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES.....	317
3.1. Tipos de Relatório.....	317
3.1.1. Relatórios Imediatos de Situação.....	317
3.1.2. Relatórios de Situação Geral.....	319
3.1.3. Relatórios de Situação Especial.....	322
3.2. Modelos de Requisição.....	324
4. MODELOS DE COMUNICADOS.....	325
5. LISTA DE CONTROLO DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO.....	326
6. LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO.....	326
7 LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO.....	328
8. LEGISLAÇÃO.....	329
9. BIBLIOGRAFIA.....	331
10. GLOSSÁRIO.....	335
11. SIGLAS.....	335
12 ANEXOS.....	337



## Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa de enquadramento geográfico do Concelho de Pombal .....	14
Figura 2– Domínios de atividade Fonte– Adaptando da Lei 27/2006, ANPC 2008 .....	16
Figura 3 – Fatores a ter em consideração .....	20
Figura 4– Áreas protegidas– REN e Rede Natura 2000 .....	22
Figura 5– Espaços–risco e vulnerabilidade social e exposição.....	23
Figura 6– Espaços risco – síntese .....	23
Figura 7– Organização e Comando no Teatro de Operações.....	32
Figura 8– Setorização do Teatro de Operações.....	33
Figura 9– Estrutura de direção, coordenação e execução da Proteção Civil do Município de Pombal .....	43
Figura 10– Zonas de Concentração e Reserva .....	49
Figura 11– Centros de Alojamento .....	50
Figura 12– Fluxograma dos Procedimentos de Logística em Emergência .....	52
Figura 13– Estrutura das comunicações operacionais de proteção civil do Município de Pombal. ....	56
Figura 14– Estrutura das diversas redes operacionais de proteção civil do Município de Pombal. ....	57
Figura 15 – Zonas de Concentração local e de Irradiação, Sedes das Juntas de Freguesia .....	66
Figura 16– Fluxograma da evacuação.....	67
Figura 17– Organização do Socorro e Salvamento. ....	75
Figura 18–Fluxograma dos Serviços Mortuários. ....	78
Figura 19– Estrutura Nacional de Proteção Civil.....	80
Figura 20– Estrutura das Operações de Proteção Civil, conforme Lei 65/2007 e DL 134/2006.....	82
Figura 21– Articulação da Estrutura de Proteção Civil com o SIOPS (DL 134/2006).....	83
Figura 22– Sistemas de Monitorização e Tipos de Aviso.....	88
Figura 23– Mapa de enquadramento geográfico do Concelho de Pombal .....	92
Figura 24– Mapa hipsométrico do concelho de Pombal .....	93
Figura 25 – Mapa de declives do concelho de Pombal .....	95
Figura 26– Carta de exposição de vertentes .....	97
Figura 27– Mapa de orientação de vertentes .....	98
Figura 28– Carta geológica do concelho de Pombal .....	100
Figura 29– Maciço Hespérico e o seu bordo continental .....	101
Figura 30– Representatividade de unidades litológicas por ha e percentagem de área territorial .....	102
Figura 31– Mapa hidrográfico do concelho de Pombal .....	105
Figura 32 – Carta de erosão atual do solo no concelho de Pombal .....	106
Figura 33– Carta de erosão potencial no concelho de Pombal .....	108
Figuras 34, 35, 36,37, 38 e 39– Variação da temperatura e precipitação no concelho de Pombal, por região.....	114
Figura 40– Regime de ventos no concelho .....	116
Figura 41– Carta Agrícola e Florestal do concelho de Pombal .....	117
Figura 42– Esquema de situações evolutivas de ocupação do solo. ....	125
Figura 43– Densidade populacional por freguesia .....	127



Figura 44– Pirâmide etária do concelho de Pombal.....	131
Figura 45– População Ativa empregada , por grupos socioeconómicos .....	133
Figura 46– Gráfico da população residente com mais de 10 anos segundo sexo e grau de ensino .....	136
Figura 47– Hierarquia dos aglomerados urbanos, 2006 .....	138
Figura 48– Localização dos edifícios públicos no concelho de Pombal.....	140
Figura 49– Zonas industriais na freguesia de Pombal e respectivas empresas .....	141
Figura 50– Rede rodoviária e ferroviária no concelho .....	147
Figura 51– Distribuição de antenas de comunicações móveis .....	150
Figura 52– Redes de energia – gás e electricidade.....	151
Figura 53– Identificação as áreas de concentração de combustível .....	153
Figura 54 – Riscos em Portugal continental .....	155
Figura 55 – Esquema síntese da avaliação da perigosidade para o PROT–C .....	157
Figura 56– Articulação dos conceitos fundamentais associados à análise dos riscos.....	165
Figura 57– Carta de suscetibilidade a nevoeiros .....	169
Figura 58– Carta de suscetibilidade a nevoeiros e elementos expostos.....	170
Figura 59 – Suscetibilidade a nevoeiros, por freguesia .....	170
Figura 60– Suscetibilidade a ondas de calor segundo o PROT–C .....	172
Figura 61– Suscetibilidade a ondas de frio segundo o PROT–C .....	174
Figura 62– Suscetibilidade à seca segundo o PROT–C.....	177
Figura 63– Bacias convergentes para a cidade de Pombal .....	184
Figura 64– Tr = 10 e Tr = 100 para o setor urbano de Pombal .....	186
Figura 65– Áreas impermeabilizadas nas bacias envolventes à cidade.....	187
Figura 66– locais públicos e privados na cidade de Pombal com danos provocados pelas cheias de 26/10/2006.....	188
Figura 67– Carta de suscetibilidade a cheias/inundações no concelho de Pombal.....	194
Figura 68– Relação entre a área total em suscetibilidade a cheias/inundações e a área integrada em perímetro urbano, por bacia hidrográfica .....	195
Figura 69– Elementos expostos em áreas de suscetibilidade a cheias/inundações em quilómetros .....	197
Figura 70– Área ocupada por elementos expostos em áreas de suscetibilidade a cheias/inundações (ha) .....	199
Figura 71– Carta de elementos expostos a suscetibilidade a cheias/inundações .....	203
Figura 72– Síntese das áreas em suscetibilidade a cheias/inundações– área total, área em Perímetro urbano e elementos expostos, em hectares.....	204
Figura 73– Zonas de Máxima Intensidade Sísmica em Portugal Continental e localização do concelho de Pombal...	205
Figura 74– Suscetibilidade sísmica segundo o PROT–C .....	207
Figura 75– Carta de suscetibilidade a sismos .....	208
Figura 76– Suscetibilidade a sismos, por freguesia .....	209
Figura 77–Carta de suscetibilidade a sismos e elementos expostos .....	210
Figura 78– Fontes naturais de radioatividade .....	212
Figura 79– Médias anuais por concelho de radão.....	213
Figura 80–Radiação gama natural terrestre( nGy.h–1).....	213
Figura 81– Suscetibilidade à radioatividade natural segundo o PROT–C.....	214
Figura 82– Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes segundo o PROT–C .....	217



Figura 83– Carta de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes no concelho de Pombal .....	219
Figura 84– Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes, no concelho de Pombal (%).....	220
Figura 85– Suscetibilidade qualitativa de deslizamentos na bacia do Arunca.....	221
Figura 86– Suscetibilidade associada à erosão litoral segundo o PROT–C.....	224
Figura 87– Património geomorfológico do maciço de Sicó .....	226
Figura 88– Sinistralidade rodoviária,2005–2010 no concelho de Pombal e elementos expostos .....	229
Figura 89– N.º de acidentes rodoviários por freguesia 2005–2010.....	230
Figura 90– Localização das vias–férreas existentes no concelho e elementos expostos .....	232
Figura 91– Localização das infraestruturas aéreas e elementos expostos.....	233
Figura 92– Principais vias no transporte de mercadorias perigosas e elementos expostos .....	235
Figura 93– Suscetibilidade à contaminação marítima, segundo o PROT–C .....	236
Figura 94– Carta de suscetibilidade a colapso de pontes.....	239
Figura 95– Rede de gasodutos– principal e secundário e ramal de Pombal .....	241
Figura 96– Mapa da rede elétrica de muito alta, alta e média tensão e elementos expostos .....	242
Figura 97– Mapa de ocorrências de linhito no concelho de Pombal .....	244
Figura 98– Suscetibilidade tecnológica à atividade industrial e comercial, segundo o PROT–C .....	245
Figura 99– Localização dos parques e áreas industriais no concelho de Pombal.....	246
Figura 100– Ortofotocarta da REN, Armazenagem S.A. (2006) .....	249
Figura 101–Localização da REN, Armazenagem S.A. e elementos expostos .....	250
Figura 102– Identificação as áreas de concentração de combustível e elementos expostos .....	252
Figura 103– Localização de bombas de combustível por freguesia.....	253
Figura 104–Localização dos paióis de armazenagem de explosivos na industria extractiva.....	254
Figura 105– Estabelecimentos com licença ambiental e elementos expostos.....	256
Figura 106– Centro histórico da Redinha.....	259
Figura 107– Centro histórico de Abiúl.....	260
Figura 108– Centro histórico do Louriçal .....	260
Figura 109– Centro histórico da cidade de Pombal .....	261
Figura 110Esquema de emergência radiológica. ....	265
Figura 111– Localização da rede RADNET em Portugal .....	266
Figura 112– Risco de incêndio no concelho de Pombal.....	269
Figura 113– Suscetibilidade a incêndios florestais segundo o PROT–C.....	271
Figura 114– Faixas de Gestão de Combustível.....	275
Figura 115– Mapa de apoio ao combate de Pombal.....	278
Figura 116– Mapa das áreas ardidas do concelho de Pombal (2000–2011) .....	280
Figura 117– Sistemas Aquíferos existentes no concelho de Pombal.....	284
Figura 118– Localização de unidades de extração de inertes e sistemas aquíferos no concelho de Pombal .....	285
Figura 119– Vulnerabilidade à contaminação dos sistemas aquíferos .....	285
Figura 120–Estação de RQA– Ponte de Mocate –Rio Arunca .....	287
Figura 121–Estação de RQA– Ponte Banhos –Ribeira de Carnide.....	287
Figura 122–Estação de RQA– PonteAgroal–Rio Nabão.....	288
Figura 123– Suscetibilidade à erosão hídrica do solo (erosão potencial) .....	290



Figura 124– Suscetibilidade à erosão hídrica do solo (erosão potencial) e elementos expostos .....	291
Figura 125– Procedimentos de atuação e gestão de emergência em caso de incêndio florestal.....	300
Figura 126– Procedimentos de atuação e gestão de emergência em caso de Vaga de Frio. ....	304
Figura 127– Procedimentos de Atuação e Gestão de Emergência em caso de Deslizamento.....	307
Figura 128– Planeamento no Ciclo de Risco de Inundação.....	310
Figura 129– Procedimentos de atuação e gestão de emergência num cenário de Inundação.....	311

## Índice de Tabelas

Tabela 1– Distribuição espacial da área do concelho, pelas suas freguesias, Km 2 .....	93
Tabela 2– Proporção de área territorial por classes de altitude e freguesia .....	94
Tabela 3– Classes de declives, em percentagem, por freguesia .....	95
Tabela 4 – estações metereológicas por região.....	110
Tabela 5 –Temperaturas e Precipitações por regiões climáticas .....	110
Tabela 6– Balanços hídricos, por região segundo o método Thornthwaite .....	114



## Índice de Quadros

Quadro 1– Conceitos de atuação.....	28
Quadro 2– Administração de Meios e Recursos .....	46
Quadro 3– Responsabilidades Específicas nas Operações Logísticas.....	47
Quadro 4– Estrutura de Apoio Logístico às Forças de Intervenção .....	48
Quadro 5– Estrutura de Apoio Logístico às Populações .....	51
Quadro 6– Estrutura das Comunicações em Operações. ....	53
Quadro 7– Responsabilidades Específicas nas Comunicações. ....	54
Quadro 8– Estrutura da Gestão de Informação entre as Entidades Actuantes nas Operações. ....	58
Quadro 9– Responsabilidades pela informação interna no que concerne á Gestão das Operações. ....	59
Quadro 10 – Estrutura da Gestão de Informação entre as Entidades Intervenientes do Plano.....	59
Quadro 11 – Estrutura da Gestão da Informação Pública.....	60
Quadro 12 – Responsabilidades na Divulgação de Informação Pública.....	61
Quadro 13–Responsabilidades de evacuação específicas dos diversos agentes e entidades com responsabilidade no âmbito da Proteção Civil Municipal.....	68
Quadro 14– Estrutura na Manutenção da Ordem Pública. ....	69
Quadro 15– Estrutura nos Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas.....	70
Quadro 16– Estrutura no Socorro e Salvamento.....	71
Quadro 17– Responsabilidades Específicas dos diferentes agentes e órgãos de Proteção Civil em matéria de socorro e salvamento.....	72
Quadro 18– Estrutura nos Serviços Mortuários.....	76
Quadro 19– Entidades e Órgãos com responsabilidades na remoção de vítimas mortais em ações de Proteção Civil. .	77
Quadro 20– Objetivos e Domínios da Proteção Civil Municipal.....	79
Quadro 21– Órgãos de Coordenação Política da Proteção Civil Municipal.....	81
Quadro 22– Responsabilidades dos órgãos de execução municipal.....	81
Quadro 23– Estrutura Operacional da ANPC assente em Comandos Operacionais de Socorro.....	83
Quadro 24– Composição e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil de Pombal.....	85
Quadro 25– Procedimentos que devem ser seguidos após a declaração da situação de alerta.....	87
Quadro 26– Sistemas de Monitorização e Aviso .....	87
Quadro 27– Avisos emitidos pelo IM. ....	89
Quadro 28– Classes de exposição das encostas, em percentagem, por freguesia .....	97
Quadro 29– Área ocupada por unidades litológicas .....	103
Quadro 30– Erosão atual por classes de erosão nas freguesias do concelho.....	107
Quadro 31– Erosão potencial por classes de erosão nas freguesias do concelho .....	109
Quadro 32– Classificação climática de Pombal .....	114
Quadro 33– Ocupação do solo no concelho .....	118
Quadro 34– Linhas gerais de ocupação do solo em percentagem.....	119
Quadro 35– Proporção de área territorial ocupada pelas espécies características de ocupação de solo .....	122
Quadro 36– Densidade populacional por freguesia .....	126
Quadro 37– Evolução da população residente desde 1864.....	128



Quadro 38– Taxa de atividade e taxa de desemprego por freguesia .....	132
Quadro 39– População empregada segundo o tipo de profissão.....	134
Quadro 40– População empregada na agricultura e silvicultura.....	134
Quadro 41– População residente maior de 12 anos segundo setor de atividade económica.....	135
Quadro 42– Nível de instrução por grupos de idade e sexo.....	136
Quadro 43– Designação dos edifícios públicos .....	139
Quadro 44– Empresas instaladas na Zona Industrial da Formiga .....	142
Quadro 45– Empresas instaladas no Parque Industrial Manuel da Mota.....	144
Quadro 46 – Dimensão da rede rodoviária e ferroviária nas diversas freguesias do concelho .....	148
Quadro 47– Ligações asseguradas pelas principais vias por tipo de estado do pavimento.....	149
Quadro 48– Abastecimento de água por concelho, 2003 .....	152
Quadro 49–Indicadores gerais de ambiente.....	152
Quadro 50– Riscos naturais, tecnológicos e mistos no concelho de Pombal.....	167
Quadro 51– Variáveis e respectivas ponderações– Nevoeiros.....	168
Quadro 52– Suscetibilidade a nevoeiros por classes.....	169
Quadro 53–Classificação descritiva do risco de Nevoeiros.....	171
Quadro 54–Classificação descritiva do risco de Ondas de calor.....	173
Quadro 55–Classificação descritiva do risco de Vagas de Frio .....	175
Quadro 56– Classificação descritiva do risco de secas .....	177
Quadro 57– Variáveis e respectivas ponderações– cheias/inundações.....	192
Quadro 58– Suscetibilidade a cheias/inundações por classe de suscetibilidade e bacia hidrográfica (ha).....	194
Quadro 59– Área de suscetibilidade a cheias/inundações integradas (ha) em perímetro urbano, por bacia hidrográfica .....	195
Quadro 60– Elementos expostos em áreas de suscetibilidade a cheias/inundações em metros .....	198
Quadro 61–Elementos expostos em áreas de suscetibilidade a cheias/inundações ( m2).....	200
Quadro 62– Classificação descritiva do risco de Cheias e Inundações .....	204
Quadro 63– Variáveis e respectivas ponderações– Sismos .....	207
Quadro 64–Suscetibilidade a sismos por classes .....	208
Quadro 65– Classificação descritiva do risco de sismos .....	211
Quadro 66– Classificação descritiva do risco de Radioatividade Natural .....	215
Quadro 67– Variáveis e respetivas ponderações– Deslizamentos.....	220
Quadro 68 – Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes no concelho de Pombal, por freguesia (ha) .....	220
Quadro 69– Classificação descritiva do risco de Movimentos de Massa .....	223
Quadro 70– Classificação descritiva do risco de Erosão Costeira .....	225
Quadro 71– Inventário do património geomorfológico– cavidades subterrâneas .....	226
Quadro 72– Variáveis e respectivas ponderações– Colapso de cavidades naturais .....	227
Quadro 73– Suscetibilidade a colapso de cavidades naturais, por classes.....	228
Quadro 74 –Classificação descritiva do risco de Colapso de Cavidades Subterrâneas Naturais .....	229
Quadro 75– Classificação descritiva do risco de Acidentes Graves de Tráfego .....	230
Quadro 76– Classificação descritiva do risco de Acidentes Graves de Tráfego .....	232
Quadro 77– Classificação descritiva do risco de Acidentes Graves de Tráfego .....	233



Quadro 78– Classificação descritiva do risco de Acidentes com matérias Perigosas.....	236
Quadro 79– Principais derrames ocorridos em Portugal. ....	237
Quadro 80– Classificação descritiva do risco de Acidentes com matérias Perigosas.....	237
Quadro 81– Intervenção na EN342 KM7+200 –abatimento de passeio de passagem hidráulica .....	239
Quadro 82– Classificação descritiva do risco de Colapso de Pontes .....	239
Quadro 83– Classificação descritiva do risco de acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos .....	243
Quadro 84–. Classificação descritiva do risco de colapso de galerias e cavidades de minas.....	244
Quadro 85–. Classificação descritiva do risco de acidentes em áreas e parques industriais.....	248
Quadro 86– Estabelecimentos com licença ambiental no concelho de Pombal.....	256
Quadro 87– Classificação descritiva do risco de acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental.....	257
Quadro 88– Classificação descritiva de Incêndios e colapsos em centros históricos. ....	262
Quadro 89– Emissões de poluentes no distrito de Leiria por concelho .....	263
Quadro 90– Emissões de poluentes no concelho de Pombal, por freguesia .....	263
Quadro 91– Valores de vulnerabilidade e risco para os elementos considerados .....	269
Quadro 92– Classes de risco de incêndio, por freguesia, em percentagem.....	270
Quadro 93– Classificação descritiva do Risco de Incêndio Florestal.....	281
Quadro 94– Caracterização geral dos aquíferos.....	284
Quadro 95– Classificação descritiva do Risco de Contaminação de Aquíferos e Aguas Superficiais .....	288
Quadro 96– Classes de erosão potencial e graus de erosão .....	289
Quadro 97– Erosão potencial por classes de erosão nas freguesias do concelho .....	290
Quadro 98– Classificação descritiva do Risco de Erosão e Contaminação dos Solos.....	294
Quadro 99– Matriz de Risco para o Município de Pombal.....	296
Quadro 100– Relatório Imediato de Situação. ....	318
Quadro 101– Relatório Geral de Ocorrência. ....	319
Quadro 102– Exemplo de Relatório de Situação Especial .....	322
Quadro 103– Modelo de requisição. ....	324
Quadro 104– Modelo de comunicado para os órgãos de comunicação social. ....	325



## **PARTE I.**

### **ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO**

#### **1. Introdução**

A Constituição da República Portuguesa consagra princípios fundamentais relativamente às atribuições e responsabilidades do Estado, nomeadamente na garantia dos direitos à vida, à segurança, ao bem-estar e saúde dos cidadãos, e à preservação, em geral, dos bens da comunidade e dos indivíduos, mesmo nas circunstâncias mais adversas, como sejam as que decorrem de acidentes graves ou catástrofes de origem natural ou antrópica.

Para tal, é necessário avaliar os riscos, planear e organizar os socorros; para além de criar condições para que todos os meios disponíveis para operações de socorro e assistência possam, na altura própria, desempenhar o seu papel de forma rápida eficiente e coordenada.

De facto, face à inevitabilidade da ocorrência de catástrofes, torna-se imperioso organizar e responsabilizar estruturas para executar e coordenar as ações de prevenção e de socorro em cada uma das entidades integrantes do SMPC, designadamente nos aspetos de Regulamentação, Instrução, Informação e Educação Públicas, Ligação e Comando.

Neste contexto, o Serviço Municipal de Proteção Civil de Pombal, atento à necessidade de segurança da população e bens na área do seu município, e tendo como objetivo não só a formação e a informação tendentes a uma eficiente prevenção, mas também uma atuação eficaz, coordenada e oportuna de todos os intervenientes nas operações em situação de emergência.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil para o Concelho de Pombal, sob a direção da Comissão Municipal de Proteção Civil, presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Narciso Ferreira Mota, ou na sua ausência o responsável pelo serviço municipal de proteção civil municipal, é um instrumento que os serviços municipais em sintonia com as autoridades de Proteção Civil dispõem que permite definir as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil.

Este Plano Municipal, de âmbito geral entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da publicação em Diário da República da declaração de aprovação.

## 2. Âmbito de Aplicação

Este plano tem como âmbito territorial de aplicação a totalidade do território do concelho de Pombal.

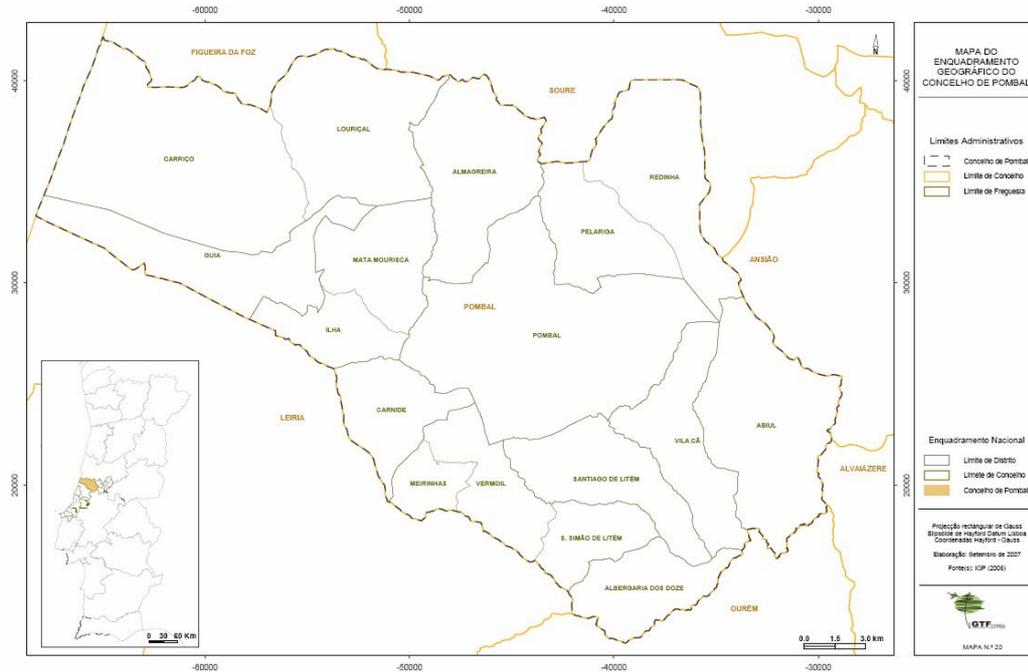


Figura 1 - Mapa de enquadramento geográfico do Concelho de Pombal

Fonte– GTF Pombal

O concelho de Pombal é um dos cinco concelhos que constituem a sub-região «Pinhal Litoral» (NUT III), situada a Sul da Região Centro. Inserido na Área Metropolitana de Leiria (AMLei). O concelho de Pombal, administrativamente, é constituído por 17 freguesias, com uma área total de 626.36 km<sup>2</sup>, dos quais 10km de costa marítima e uma grande área de serra– a Serra de Sicó.

Este instrumento emana indicações com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave ou catástrofe, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade, decorrentes de situações de risco ou probabilidade de ocorrência de cheias, incêndios florestais, deslizamentos, acidentes industriais, entre outros, assim como repor a normalidade nas áreas afectadas.

Este plano também se articula com o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, nomeadamente o artigo 85º, ponto 1 alínea n) que estabelece o conteúdo material dos planos diretores municipais, o PDM define um modelo de organização municipal do território identificando, entre outros aspetos, as “condicionantes, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à



concretização dos planos de proteção civil de caráter permanente” e estabelecendo, segundo a alínea o) “as condições de atuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral”.

### 3. Objetivos gerais

O presente plano tem como objetivos estruturantes–

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis, num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano, a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.



**Figura 2**– Domínios de atividade Fonte– Adaptando da Lei 27/2006, ANPC 2008



## 4. Enquadramento Legal

### Legislação Estruturante

- *Lei n° 65/2007, de 12 de Novembro* – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- *Decreto-Lei n° 134/2006, de 25 de Julho* – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);
- *Lei n° 27/2006* – Lei de Bases da Proteção Civil;
- *Lei Orgânica 1/2011*;
- Decreto-lei 114/2011.

### Legislação Específica

- *Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n° 25/2008, de 18 de Julho* – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil;

Uma referência mais exaustiva e permanentemente atualizada da legislação sobre Proteção Civil pode ser consultada no sítio on-line da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), em <http://www.proteccaocivil.pt>.

## 5. Antecedentes do processo de planeamento

A primeira versão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil para o concelho de Pombal, foi elaborada em 1999, tendo sido revisto e aprovado em sede do extinto Serviço Nacional de Proteção Civil no ano de 2002. Durante o período da sua vigência foi ativado em duas situações distintas–

- 5 de Agosto de 2005, aquando dos incêndios florestais que ocorreram no concelho nos dias 4 e 8 de Agosto, nos quais arderam 10226.9ha, 77% de povoamentos florestais, pinhal e eucaliptal e 23% de matos;
- 25 de Outubro de 2006, aquando das cheias que atingiram a cidade de Pombal, de 25 a 29 de Outubro de 2006.



Para que se proceda à sua aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e na sequência da publicação da resolução n.º 25/2008 de 18 de Julho da Comissão Nacional de Proteção Civil foi elaborada esta nova versão do documento, com parecer favorável emitido pela CMPC na sua reunião n.º 001 de 19/3/2009.

A versão Rev. 01 do plano foi aprovada pela Comissão Nacional de Proteção Civil, Resolução n.º 32/2010, publicada no dia 9 de Dezembro de 2010, em Diário da República, 2ª série, tendo esta Comissão deliberado que o plano fosse revisto futuramente. O presente documento é uma revisão da versão Rev. 01, tendo esta tido parecer favorável pela Comissão Municipal de Protecção Civil em 14/12/2012.

Esta alteração não foi sujeita a consulta publica vista não terem ocorrido alterações significativas ao plano.

## **6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território**

A política do ordenamento do território tem como fim acautelar a proteção da população, através de uma ocupação, utilização e transformação do solo que tenham em conta a segurança de pessoas, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana (adaptado da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Artigo 3º - Lei n.º 54/2007 de 31 de Agosto).

Neste contexto são objetivos da proteção civil a prevenção e atenuação de riscos coletivos e a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, limitando os seus efeitos, assim como, socorrer e assistir pessoas e outros seres vivos, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse publico, apoiar a reposição da normalidade em áreas afetadas ( Lei de bases da proteção civil, artigo 4.º- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho).

Tendo em conta os riscos para o interesse público nos domínios da construção de infraestruturas, da realização de medidas de ordenamento e da sujeição a programas de fiscalização ( LBPC, artigo 26), deverá ter-se em conta os comportamentos suscetíveis de imposição aos utilizadores do solo, identificar o conjunto de equipamentos, infraestruturas e sistemas que asseguram a segurança e proteção civil (RJIGT Artigo 11º), identificar as condicionantes, designadamente reservas e zonas de proteção (RJIGT Artigo 85º), assim como conter condições de atuação sobre as áreas críticas, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral (RJIGT Artigo 85º).



A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, que enquadra a proteção civil de âmbito municipal, define como objetivos gerais prevenir e atenuar a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes na área de cada município. Simultaneamente, determina os domínios da atividade de proteção civil municipal, nomeadamente o levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do município, a análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, o estudo e divulgação de formas adequadas de proteção de edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes no município, a previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afectadas por riscos no território municipal.

Neste sentido, e como forma de operacionalizar o disposto anteriormente, foi elaborado um documento pela Autoridade Nacional de Proteção Civil denominado “Manual para a elaboração, revisão e análise de planos municipais de ordenamento do território na vertente de proteção civil” que tem como objetivo auxiliar a elaboração de pareceres neste domínio.

Este documento define uma checklist de fatores a ter em consideração na revisão de um PDM, nomeadamente no PDM de Pombal, sendo estes–

- Identificação cartográfica na planta de condicionantes, dos riscos naturais e tecnológicos, assim como das distâncias e faixas de segurança relativas aos mesmos;
- Caracterização da magnitude dos riscos identificados e estimativas de impactos nas pessoas, bens e ambiente, assim como a elaboração de medidas restritivas ou mitigadoras de modo a salvaguardar a segurança de pessoas, bens e ambiente e posterior aplicação em regulamento;
- Verificação de situações que poderão ser agravadas pela introdução do novo plano;
- Verificação da conformidade dos normativos dos PROT-C e as opções do plano no que concerne à segurança de pessoas e bens Vs riscos naturais e tecnológicos;
- Consideração de condições de atuação em situações de emergência ou de exceção;
- Identificação de áreas afectas à proteção civil;



**Figura 3 - Fatores a ter em consideração**

Fonte– Caderno técnico PROCIV 6, ANPC, 2009

### [Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios \(PMDFCI\)](#)

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é o instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visa concretizar os objectivos estratégicos definidos e quantificados no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

O PMDFCI está enquadrado pelo sistema de planeamento e gestão territorial aplicável ao município, nomeadamente o Plano Director Municipal e a Rede Natura 2000, bem como os respectivos regulamentos, pelo planeamento florestal a nível nacional (Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios - PNDFCI) e regional (Plano Regional de Ordenamento Florestal - PROF) e pelas orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação.

### [Plano Director Municipal](#)

O Plano Director Municipal de Pombal encontra-se atualmente em processo de revisão, em articulação com o disposto na proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, pelo que do anterior Plano datado de 1995 apenas foi possível retirar algumas elações,



nomeadamente ao nível das suas condicionantes, áreas de risco englobadas no seu regulamento e na Reserva Ecológica Nacional.

Desta forma e segundo o regulamento municipal temos–

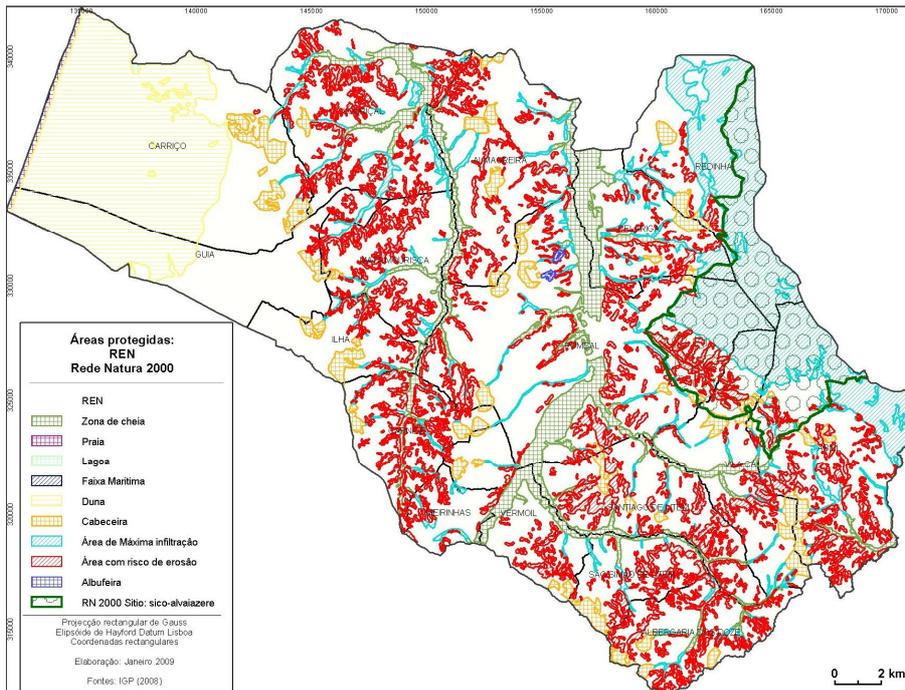
- Espaço – canal de Alta Tensão - Nas linhas de transporte de AT observa-se em toda a sua extensão o regime previsto na legislação específica em vigor, com condicionamentos na travessia e vizinhança de estradas nacionais e vias municipais, de caminhos de ferro, de outras linhas de transporte de energia, de áreas urbanas de recintos escolares e desportivos.
- Espaço-canal de gasoduto - A instalação do gasoduto estabelece servidões, as quais implicam as seguintes restrições– O terreno não poderá ser arado, nem cavado, a uma profundidade superior a 50cm, numa faixa de 2m para cada lado do eixo longitudinal do gasoduto, é proibida a plantação de árvores ou arbustos numa faixa de 5m para cada lado do eixo longitudinal do gasoduto, é proibida a construção de qualquer tipo.
- Espaço mineiro – Só são admitidas instalações de apoio e complementares da sua atividade que se considerem indispensáveis para a utilização regulamentada para este espaço.

Em termos de condicionantes o PDM prevê as seguintes servidões, proteção de nascentes e ruído–

Domínio público marítimo	REN	Áreas florestais	Vias férreas	
domínio público fluvial	RAN	vias municipais	gasoduto	áreas percorridas por incêndios florestais
margens e zonas inundáveis	escolas	imóveis classificados	marcos geodésicos	medidas preventivas – PROT – Centro Litoral
passagem de linhas de AT	nascentes	estradas nacionais	edifícios públicos	exploração de inertes e de áreas cativas
extração de areias dos rios	heliporto	saneamento básico	telecomunicações	indústrias insalubres, incómodas, perigosas e tóxicas
Proteção de nascentes – É constituída uma faixa de proteção próxima e vedada, abrangida por um círculo com um mínimo de 60m de raio, e uma faixa de proteção distante onde é interdita a existência de pontos de poluição bacteriana, abrangida por um círculo de 200m de raio tendo por centro o ponto de emergência, para todas as captações de água potável da Câmara Municipal.				
Ruído - São impostas medidas de minimização do ruído, quando do licenciamento municipal de loteamento urbano, obras de urbanização ou edificação, nas faixas marginais das redes rodoviária e ferroviária dentro dos perímetros urbanos, nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou propostos para classificação, nos edifícios públicos e nos estabelecimentos de ensino, saúde e segurança social, nos espaços mineiro e natural.				

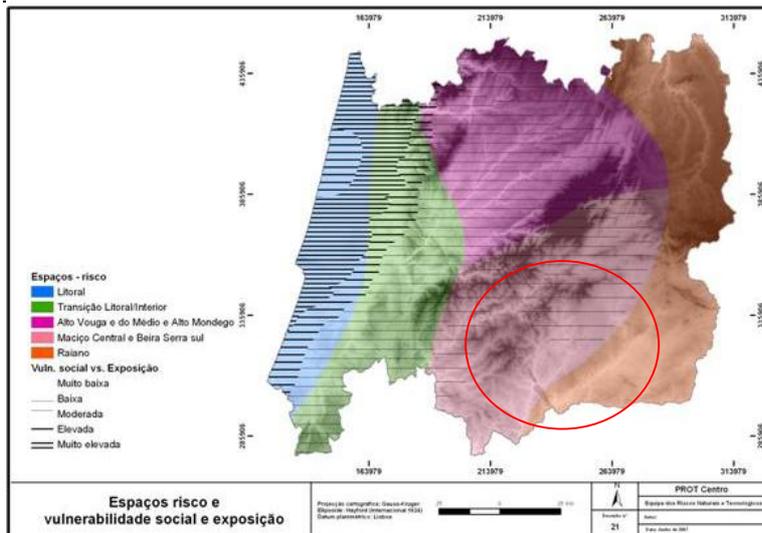
Por último, o PDM define ao nível da REN diversas áreas nas quais não é permitida qualquer edificação e limita intervenções, nomeadamente–

			Área de Máxima infiltração	
Faixa Marítima	Área com risco de erosão	Zona de cheia		Praia
Albufeira	Duna	Lagoa	Cabeceira	

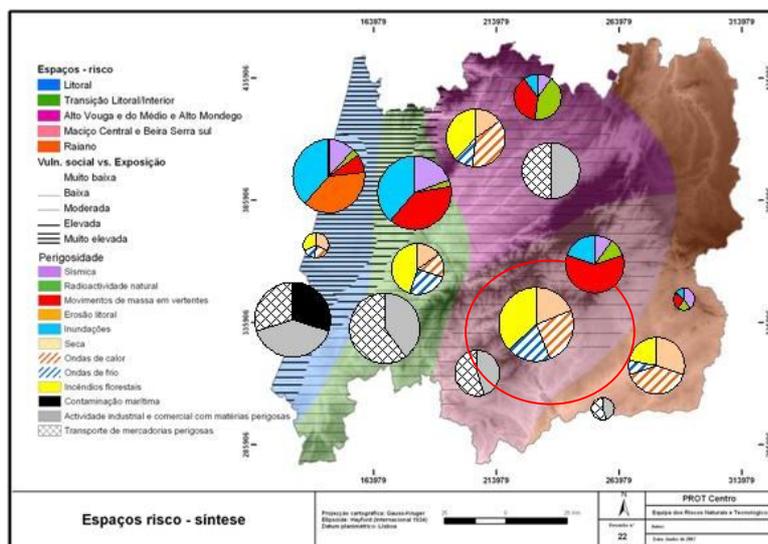


**Figura 4- Áreas protegidas– REN e Rede Natura 2000, Fonte– Elaboração própria e PDM 1995**

No sentido de potenciar o estabelecimento de sinergias entre o presente plano eo PDM, procedeu-se á integração cartográfica das áreas de relevância operacional e/ou afectas á Protecção Civil bem como as identificadas no PROTC.



**Figura 5- Espaços-risco e vulnerabilidade social e exposição**  
Fonte– PROT Centro 2008



**Figura 6- Espaços risco – síntese**  
Fonte– PROT Centro 2008

A definição de espaços de risco permite a definição de unidades territoriais dotadas de graus de homogeneidade e capazes de suportar medidas de ordenamento regional e intermunicipal, bem como a adoção de políticas e estratégias no âmbito dos quadros de referência ambiental e de segurança.

Pelo significado económico e social de que se revestem as manifestações dos diferentes riscos naturais e tecnológicos, o seu zonamento tem particular incidência, tanto em termos de planeamento estratégico (ordenamento do território e selecção de políticas de desenvolvimento), como em termos de planeamento operacional (gestão dos recursos e meios de proteção civil; gestão de recursos hospitalares e de apoio social).



Um diagnóstico, rigoroso e especializado, favorece a escolha de soluções para a redução dos fatores de risco, conduzindo à mitigação e contribuindo para a sustentabilidade territorial.

A prevenção e a mitigação dos riscos implicam a existência de instituições e organizações a nível supramunicipal dotadas de recursos humanos com múltiplas valências de especialização técnica e científica e com capacidade para o diagnóstico proativo, a monitorização e a atuação em caso de acidentes ou catástrofes, em articulação com as estruturas municipais de proteção, de emergência e de socorro, concentrando também meios materiais para a atuação em grande escala.

A valorização dos espaços risco como tradutores de expressão compósita de perigosidade promovem a adequação e asseguram recursos e meios de proteção e socorro, numa lógica supramunicipal, bem como favorecem a infraestruturização da saúde e apoio social (quantitativamente e qualitativamente), na dependência da tipologia de perigos e dos índices de vulnerabilidade social.

A organização das orientações normativas para a Região Centro devem assegurar a adoção de ações e estratégias que envolvam–

- A prevenção e redução da perigosidade;
- A redução da vulnerabilidade social e a mitigação dos riscos;
- A otimização da operacionalização da emergência e do socorro;
- A promoção técnica/científica e sensibilização dos cidadãos para a problemática do risco.

#### **Outros instrumentos de planeamento de emergência**

O presente plano articula-se com o Plano Distrital de Emergência, com os planos municipais de emergência de– Leiria, Ourém, Ansião, Soure e Figueira da Foz, bem como com o Plano de Emergência Externo (PEE) da REN armazenagem do Carriço e com o Plano de Cheias para o Concelho de Pombal.



## 7. Ativação do Plano

### 7.1. Competência para a ativação do plano

Para efeitos de ativação da PME, a CMPC de Pombal pode **deliberar com 1/3 dos elementos** que a compõe, contudo, deve, logo que possível, ser ratificada pelo plenário da CMPC.

Os meios a utilizar para a publicitação da ativação do PME deverão ter em conta a extensão territorial da emergência e a gravidade da situação. Deste modo, deverão ser privilegiados os órgãos de comunicação social locais, 97 FM e Rádio Cardal, rádios nacionais e regionais, bem como a sua divulgação no sítio da Internet da CMP ([www.cm-pombal.pt](http://www.cm-pombal.pt)).

A sua activação será sempre comunicada ao CDOS de Leiria bem como aos municípios vizinhos.

Com a ativação do PME é accionada a Estrutura de Coordenação e Controlo (ECC), para apoio directo ao Diretor do Plano, nomeadamente na coordenação técnica e operacional dos meios e recursos a disponibilizar, previstos para os casos de declaração de alerta, sem prejuízo das competências da CMPC. A ECC é dirigida pelo Presidente da Câmara Municipal, ou pelo Vereador com delegação de poderes na área da proteção civil, e é composta pelo comando dos Agentes de Proteção Civil com intervenção nas operações. Esta Estrutura apoia-se no SMPC para garantir a eficácia das atividades inerentes às operações.

**A desativação do PME e consequente desmobilização operacional** ocorrem mediante deliberação da CMPC, que poderá ser precedida de um entendimento entre o Diretor do Plano, e o SMPC. A sua publicitação deve ser feita através dos órgãos de comunicação social locais e regionais, através de editais e a divulgação no sítio de Internet da CMP.

### 7.2. Critérios para a ativação do plano

O plano de emergência é ativado quando existe a necessidade de adotar medidas preventivas ou especiais de reação que não estejam expressas na atividade normal de proteção civil, ou seja, em caso de uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excepcionais de prevenção, planeamento e informação. Assim, são estabelecidos os critérios a utilizar para fundamentar a ativação/desativação do plano, os quais se poderão relacionar com a natureza dos



acidentes graves ou catástrofes suscetíveis de afetar o concelho, os danos e prejuízos provocados por tais situações ou o empenhamento/esgotamento dos meios e recursos a empregar.

**O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil é ativado mediante decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil, desde que verificados um dos seguintes pressupostos–**

1. Ocorrência de evento **sísmico** com intensidade igual ou superior a **VI** na escala de **Mercalli**, ou quando a sua magnitude assim o justifique (escala de Richter).
2. Ocorrência de **cheia** em áreas definidas como áreas de risco de inundações, em que o caudal é igual ou superior ao referenciado no período de retorno, ou seja a partir dos **418m<sup>3</sup>/s**;
3. Ocorrência de **incêndios florestais** com duração superior a **1 dia** e que atinjam mais do que **5000ha**;
4. **Decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil** com base nas informações disponíveis de acordo com critérios tais como–
  - Elevada área territorial coberta pelo plano afetada pelo acidente grave ou catástrofe;
  - Elevados efeitos na população (número de mortos, feridos, desalojados, desaparecidos ou isolados);
  - Danos nos bens e património (número de habitações danificadas, edifícios indispensáveis às operações de proteção civil afetados, afetação de monumentos nacionais);
  - Danos nos serviços e infraestruturas (suspensão do fornecimento de água, energias ou telecomunicações durante um período de tempo significativo);
  - Danos no ambiente (descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo, destruição de zonas florestais, libertação de matérias perigosas para a atmosfera);

## **8. Programa de exercícios**

De seguida apresenta-se o programa para a realização futura de exercícios (de postos de comando CPX ou do tipo LivEx) a adotar para se verificar a operacionalidade do plano.

O plano de emergência irá ser treinado anualmente através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos é objetivo testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, rotinarem-se os procedimentos a adotar em situação real de emergência.



<i>Data</i>	<i>Local ( entidade)</i>	<i>Localidade</i>	<b>Exercício</b>	
			(Comand Post Exercise, CPX) <sup>1</sup>	LivEx <sup>2</sup>

<sup>1</sup>- Aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

<sup>2</sup>- Exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.